

Ordem Social

Gabriel diz que vai manter estabilidade no texto final

Da Sucursal de Brasília

Apesar de ter recebido 1.497 emendas ao seu anteprojeto — o maior número entre as oito comissões do Congresso constituinte — o relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no



caderno "Os Eleitos"), não pretende alterar substancialmente o trabalho que apresentou aos constituintes. Ele disse que são "bem-vindas" todas as propostas que visem aperfeiçoar seu anteprojeto — com quase cem artigos —, mas acrescentou que irá manter as propostas de estabilidade no emprego, de jornada de trabalho de quarenta horas semanais e do direito de greve, assim como da possibilidade de intervenção do Poder Público nos serviços de saúde privados.

Gabriel não quis falar sobre qual a redação que dará, na sua proposta

final, a essas questões — que serão discutidas e votadas amanhã. A assessores próximos, porém, ele tem dito que, no caso da estabilidade no emprego, ela não se aplicará nos seguintes casos: nos contratos com prazo máximo de dois anos de validade (regulando serviços de caráter transitório); nos de falta "grave" definidas em lei; nos contratos de experiência com prazo de noventa dias; e na ocorrência "de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa sujeito a comprovação judicial".

Quanto ao direito de greve, Gabriel

disse que "como qualquer preceito constitucional, também a greve deve ter uma regulamentação". No seu substitutivo, ele eliminou o dispositivo, aprovado na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, que proibia a intervenção do Poder Público em movimentos grevistas. Em seu lugar, Gabriel determina a adoção de "providências e garantias que assegurem a manutenção dos serviços essenciais à comunidade", o que, na visão dos constituintes de esquerda, abre brecha para aquela interferência.

Mesmo com a oposição dos "con-

servadores", Gabriel irá manter a jornada de quarenta horas, a licença de 120 dias para a gestante e férias anuais pagas em dobro. Como novidade, ele deverá incluir no seu anteprojeto a obrigatoriedade de manutenção de creches, pelas empresas, para os trabalhadores de baixa renda.

Contra a proibição

"A pressão tem sido muito forte", afirmou o deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), de centro, referindo-se à ação que as agências de publicidade, as empresas de bebidas alcoólicas e as indústrias de cigarros

estariam fazendo contra a aprovação do substitutivo que proíbe toda e qualquer propaganda comercial de fumo e bebidas alcoólicas no país. Mosconi, que é autor da proposta, foi relator da Subcomissão da Saúde e Seguridade Social.

Em telex assinado por Marcos Felipe Magalhães, a Associação Brasileira de Anunciantes argumenta que a proibição da propaganda trará "graves prejuízos à ordem econômica". Já a Associação Brasileira de Fumicultores, através do seu presidente Hainzi Gralow, pede em carta a Mosconi a revogação do artigo.

Sistema de Governo



Genoino, ao microfone, discute com membros da Comissão de Sistema de Governo o relatório de Egídio Ferreira Lima

Egídio diz que rejeita propostas de 5 anos

Da Sucursal de Brasília

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57, de centro-esquerda, relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, disse ontem, em Brasília, que rejeitará todas as emendas ao seu relatório que sejam favoráveis a um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Em seu relatório, Lima prevê um mandato de quatro anos para o presidente, com a realização de eleições em novembro de 1988. Hoje, às 24h, encerra-se o prazo formal para que o deputado apresente seu parecer sobre as 1.153 emendas apresentadas ao relatório. Ontem, porém, Lima afirmou que poderia entregá-lo apenas na manhã de sexta-feira, quando deve começar a votação do relatório na comissão.

Ferreira Lima fez estas afirmações às 18h, em seu apartamento na Asa Norte, em Brasília. "Vou manter os quatro anos, de hoje (ontem) para

amanhã (hoje) não podem ocorrer fatos políticos tão importantes que me levem a modificá-lo", disse, acrescentando que em seu parecer também serão rejeitadas emendas que excluam os ministros militares do voto de censura na Câmara dos Deputados (o voto de censura permitirá que os parlamentares derrubem ministros de Estado).

O relator antecipou algumas das emendas que deverá incluir em seu parecer: "O chefe de Estado (o presidente da República) deve ter um papel de supervisor do governo, e meu projeto será aperfeiçoado neste ponto". Ou seja: Lima deverá reforçar o poder do presidente em seu parecer, já que seu relatório havia sido objeto de críticas exatamente por esvaziar o cargo.

Outra modificação deverá introduzida no processo de escolha do primeiro-ministro. No relatório original, Lima previa que a Câmara, após rejeitar os dois primeiros nomes

indicados pelo presidente para o cargo, poderia eleger o primeiro-ministro, por maioria absoluta (metade mais um do número total de deputados). No novo parecer, estará prevista a possibilidade de que os deputados não consigam maioria absoluta de votos para eleger o primeiro-ministro.

A comissão esteve reunida ontem para apreciar duas questões de ordem levantadas pelos deputados Amaral Netto (PDS-RJ) e José Genoino Neto (PT-SP). Por delegação da Mesa do Congresso constituinte, a comissão tem poder de decisão sobre questões de encaminhamento dos trabalhos constituintes. As duas questões de ordem levantadas ontem foram rejeitadas. A de Amaral Netto, que previa a deposição de todos os relatores derrotados nas subcomissões, por 31 a 3; e de Genoino Neto, que questionava a composição da Comissão de Sistematização, por 34 a 16.

Pertence tem saída para STF decidir mandato

Da Sucursal de Brasília

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, já ofereceu ao presidente Sarney os caminhos pelos quais poderia levar o Supremo Tribunal Federal (STF) a se manifestar sobre a questão da duração do mandato de Sarney, confirmando os seis anos estabelecidos na Constituição em vigor. Pertence comunicou ao presidente que repousam na Procuradoria Geral da República uma petição do deputado Alvaro Valle (PL-RJ) e um pedido de representação formulado pelo ex-deputado Jorge Carone (PMDB-MG) que podem ser os instrumentos capazes de provocar uma manifestação do STF.

A idéia de o STF manifestar-se sobre a duração do mandato faz parte de uma estratégia do presidente Sarney, no caso de o Congresso constituinte decidir fixar o seu mandato em quatro anos. A conversa aconteceu durante um despacho entre o presidente e Pertence, no Palácio do Planalto, poucos dias depois do discurso (de 18 de maio)

em que Sarney "anunciou" que seu mandato seria de cinco anos.

A petição de Alvaro Valle foi encaminhada ao STF em 5 de fevereiro, quando se debatia a questão da soberania do Congresso constituinte. No texto encaminhado ao STF, Valle defendia que o Congresso constituinte não tinha poderes para modificar a Carta em vigor. Segundo explicou Pertence a Sarney, poderia ser esta a brecha pela qual o STF se manifestaria favoravelmente aos seis anos.

O então ministro do STF, José Carlos Moreira Alves, recebeu a petição de Alvaro Valle. No dia 6 de maio, redigiu um despacho enviando-a à Procuradoria Geral da República, já que somente o procurador-geral tem competência para encaminhar uma representação ao STF.

O despacho de Moreira Alves chegou no dia seguinte à Procuradoria. Foi distribuído à procuradora Anadyr de Mendonça, que não teve tempo sequer de examinar o processo. No dia 8, Pertence requisitou-o,

para examiná-lo pessoalmente, e o guarda até hoje, esperando que Sarney dê o sinal verde para o prosseguimento da estratégia. O outro caminho previsto por Pertence é um pedido de representação apresentado a ele por Jorge Carone no início deste ano. O pedido é específico (e também está parado): solicita que o procurador represente o STF sobre a duração do mandato de Sarney.

A forma legal de uma possível representação de Pertence ao STF não é simples. A atual Constituição prevê que o STF deve "processar e julgar" representação do procurador-geral "por inconstitucionalidade ou para a interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual". Ou seja, não está previsto no texto constitucional o julgamento de uma representação que oponha uma Constituição a outra, ou uma Carta a um Congresso constituinte. Porém, segundo um ministro do Supremo, é possível que uma interpretação "criativa" permita ao STF analisar e julgar a questão do mandato do presidente Sarney.

Soberania



Manifestação dos evangélicos contra a censura no Congresso, que teve o apoio dos censores

Evangélicos fazem ato contra pornografia

O salão verde da Câmara dos Deputados foi ocupado ontem, das 17h30 às 18h30, por um grupo de trezentas pessoas que exibiam faixas e gritavam slogans contra o aborto, a pornografia e os homossexuais. A Associação Nacional dos Censores Federais enviou representantes para apoiar especificamente "a luta contra a pornografia", segundo a censoira Viviam Mendonça. O deputado João de Deus (PDT-RS), de centro-direita, evangélico e ex-delegado de Polícia, liderou a manifestação com apoio dos deputados Antônio de Jesus (PMDB-GO), direita, e Daso Coimbra (PMDB-RJ), centro-direita, também evangélico.

Até a vineta da TV Globo — "Essa onda pega" — foi criticada pelos manifestantes como "pornográfica". Uma das manifestantes, Rose Mandelli, 44, disse que um dos objetivos do movimento é conseguir a obrigatoriedade de classificação dos filmes

das locadoras de vídeos. Esta classificação, segundo ela, ajudará as pessoas a não levarem para casa "filmes com cenas de sexo e violência". A professora de Religião Edna Rodrigues Peixoto, 33, viajou de Petrópolis para Brasília especialmente para participar da manifestação.

Márcia Rodrigues, 24, casada que diz desejar ter dez filhos, afirmou que participou da manifestação para lutar pela preservação dos valores cristãos. "É um erro pensar que todo jovem topa tudo. É preciso ter uma hierarquia dentro da família. Sou a favor da indissolubilidade do casamento. Da forma que estão vivendo por aí ninguém vai saber quem é irmão de quem, quem é pai de quem," disse Márcia.

Mário Ferreira Dias, 39, solteiro, do movimento carismático da Arquidiocese de Brasília, pediu ao repórter para escrever apenas que "Nossa

Senhora, mãe de Deus, está aparecendo na Iugoslávia". O homossexualismo é o tema mais controverso para os manifestantes. Mário Pereira Dias ao ser perguntado sobre se apoiava a discriminação contra os homossexuais pediu ajuda de um "companheiro" do movimento carismático que declarou: "A Bíblia diz que amemos o pecador e condenemos o pecado".

Comissão

Mais de dez deputados apresentaram emenda ao relatório da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher propondo a supressão da expressão "orientação sexual", no artigo que proíbe a discriminação por motivo de raça, etnia, cor, sexo ou orientação sexual. O relator da Comissão, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) disse que somente retirará a expressão se a maioria dos membros da Comissão se manifestar a favor.

Organização Eleitoral

PFL apóia voto proporcional, diz Lourenço

Da Sucursal de Brasília

Depois de uma reunião na noite de ontem entre o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, e os coordenadores do partido nas oito comissões temáticas, o líder do PFL no Congresso constituinte, deputado José Lourenço, disse que seu partido vai defender o voto proporcional na nova Constituição. Contrários ao sistema de voto distrital misto, proposto pelo relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), os pefelistas unem-se aos pequenos partidos, como o PT e o PC do B, fazendo oposição ao PMDB, que defende a proposta.

"As pesquisas feitas no Congresso apontam 60% dos constituintes favoráveis ao sistema misto", disse o deputado Antônio Perosa, 44,

(PMDB-SP), um dos membros da Comissão. Mesmo assim, ele admite que há uma "certa resistência" para a aprovação do sistema distrital misto na Comissão. Mas os peemedebistas conseguirão maioria, segundo o deputado, na votação final da Comissão de Sistematização.

Se o PFL e o PMDB não tem a mesma posição quanto ao sistema de voto, podem chegar a um entendimento em relação a proposta de mandato-tampão para os prefeitos e vereadores a serem eleitos no próximo ano. Durante a reunião do PFL, Marco Maciel fez a defesa do mandato-tampão de dois anos, afastando a possibilidade da prorrogação dos atuais mandatos. Mas parte dos constituintes do PFL prefere eleições no ano que vem com um mandato de quatro anos, excluindo a tese da necessidade de coincidência das elei-

ções municipais com a de governadores, deputados federais e estaduais.

Embora as lideranças do PMDB sejam contrárias à prorrogação de mandatos, não tem posição fechada quanto ao mandato-tampão. Perosa disse que muitos, como ele mesmo, preferem um mandato normal de quatro anos. "A coincidência é razoável, mas não obrigatória", disse o deputado do PMDB, ligado ao grupo político do senador Mário Covas. Na mesma linha vai José Lourenço, que condena qualquer tentativa de prorrogação, mas defende um entendimento, aceitando tanto a idéia dos dois quanto dos quatro anos.

A PRESEÇA NAS COMISSÕES			
Soberania e Direitos do Homem		Organização do Estado	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião		Não houve reunião	
Sistema de Governo		Organização Eleitoral	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
64	00	Não houve reunião	
Ordem Econômica		Ordem Social	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
Não houve reunião		Não houve reunião	
Família, Educação e Cultura		Sistema Tributário e Finanças	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
35	28	Não houve reunião	

Agendas Executivo	
Presidente	10h
Reunião com o secretário da Justiça, Mário Sérgio Duarte Garcia e secretário dos Assuntos Fundiários, Oswaldo Ribeiro	
15h	
Ministro da Cultura	
15h45	
Ministro da Ciência e da Tecnologia	
16h30	
Ministro da Fazenda	
17h15	
M.F. Nascimento Brito	
17h35	
D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB	
18h	
Governador Pedro Simon, do Estado do Rio Grande do Sul	
Governador	Prefeito
9h30	
Senador Albano Franco	Não foi fornecida

Para sindicato, projeto acaba com diploma

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal distribuiu nota, ontem, condenando o artigo 3º do substitutivo do senador José Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania, que diz que a lei não pode impedir o livre exercício de profissões vinculadas à expressão direta do pensamento. O sindicato entende que a proposta acabará com a exigência de diploma de Jornalismo para o exercício da profissão de jornalista.

Bisol disse que sua intenção não é "brigat" com os jornalistas favoráveis ao diploma, mas apenas "propor maior liberdade, para acabar com o corporativismo do Estado". O senador afirmou que o debate sobre as profissões para as quais deve ser exigido o diploma vai ocorrer após da promulgação da nova Carta: "A lei ordinária deverá definir como ficará cada profissão".